

A ORIGEM DE CATARINA D’HORTA, TRONCO DOS HORTAS DE SÃO PAULO

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

Resumo: *Discussão sobre a origem de Catarina d’Horta, tronco da família Horta, há mais de 400 anos em São Paulo, Brasil.*

Abstract: *Discussion of the origin of Catarina d’Horta, family trunk Horta, for more than 400 years in São Paulo, Brazil.*

Desde 1971 tenho dúvidas quanto à filiação e origem da senhora que dá título a este artigo. A referida senhora é tratada por Silva Leme como sendo Catarina de Figueiredo d’Horta, filha do fidalgo da Casa Real Nuno Alves d’Horta e de sua mulher Ana de Carvalho, moradores em Setúbal. Silva Leme escreveu que se baseou em um trabalho genealógico, sem dizer o autor, sobre as famílias Hortas, Arrudas, Botelhos, Sampaio e Pais Lemes, e que este trabalho por sua vez fora inspirado no Nobiliário de José Bruno de Quebedos. Sem dúvida alguma, Silva Leme esteve de posse de um manuscrito de autoria do Cônego Roque de Macedo Leme da Câmara, o qual, ao encartá-la como filha do casal acima, justificou da seguinte maneira:¹

D. Catarina de Figueiredo d’Horta (vem relacionada entre os filhos do casal Nuno Álvares d’Horta e de sua prima Ana de Carvalho), que a memória donde tirei isto, sem mais notícia. E neste momento aparece em S. Paulo D. Catarina D’Orta, que fez testamento declarando ser natural de Setúbal, casada com Pascoal Ribeiro, e viuvando casou com Rafael de Oliveira de Setúbal, da qual descende Maximiano de Oliveira Leite”; “Esta Senhora, que naquele tempo aparece em S. Paulo, estava casada, e depois viuvou, casando com outro de Setúbal, como certificado de assento do seu óbito de ser natural da mesma vila, posto de nenhum manuscrito conste sua filiação. Pelo que entendo e se deve entender os motivos porque ela não declarou foi porque os seus parentes fizeram omissão dela, mas do segundo matrimônio

¹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, XXXII, 29, 47, 113.

tem geração numerosa que todos tem mostrado a qualidade do seu sangue e ânimo.

Em minha juvenil opinião, faltavam provas. Manifestei essa dúvida na primeira versão da minha dissertação de mestrado, depositada na secretaria do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, no ano de 2006, cuja dissertação continha muitos erros (inclusive de português...).² Houve tempo hábil de apresentar uma segunda versão para a banca, mas foi a primeira versão que foi disponibilizada na internet. Continuo preparando versão final para publicação em livro...

Pelo exposto acima verifica-se que não houve fundamentação séria. Baseou-se em uma possibilidade, por uma quase semelhança de nomes (Catarina d’Horta com Catarina de Figueiredo d’Horta) e dela ser natural de Setúbal. A questão da naturalidade é mais difícil de compreender, já que ora o Cônego Roque afirma vir descrita no assento de óbito, ora no testamento. Testamento ela não fez, como veio declarado no inventário que se fez por morte dela, e os registros de óbitos antigos de São Paulo já estavam perdidos à época de Pedro Tiques. Portanto, não teria sido possível, à luz dos documentos arrolados, porventura existentes no Brasil, que o Cônego Roque soubesse de sua naturalidade.

O Cônego Roque era filho do Mestre de Campo Pedro Dias Pais Leme e da portuguesa Francisca Joaquina d’Horta Forjaz Pereira de Macedo, a qual se encartava no título Horta dos nobiliários portugueses.³ Ele, o Cônego Roque, era, de fato, descendente do casal Nuno Álvares de Horta – Ana de Carvalho. Provavelmente acreditava haver parentesco com os Hortas paulistas, alguns deles então opulentíssimos com o dinheiro obtido pela mineração e assim, conseqüentemente, viverem largamente à lei da nobreza, no que poderiam, inclusive, suplantarem os Hortas de Portugal. Basta lembrar que uns Hortas paulistas (Matias Aires e sua mãe, adiante citados) viviam em um palácio em Lisboa, que havia sido do Conde de Alvor, na rua *às janelas verdes* (conhecido então por Palácio das Janelas Verdes, atual Museu Nacional de Arte Antiga), e esse palácio serviria para tertúlias com os conterrâneos, o que o transformava em um verdadeiro consulado paulista... (vide figura adiante)

² BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Tribulações do Povo de Israel na São Paulo Colonial*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006. Orientação da Professora Dra. Anita Novinsky.

³ BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Descendência de Domingos João, o Tá, de Aveiro*. In *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica* n.º 5, p. 109. Ver em: www.consuladocaipira.pro.br/txtgenealogia/DescendenciaDomingosJoaoAveiro.pdf

O que se quer mostrar é que não foram apresentadas provas para uma filiação que se tornou consagrada. Em todos os documentos, ainda hoje existentes, é citada apenas como Catarina d’Horta (ou Dorta). O apelido *Figueiredo* foi acrescentado ao seu nome, como forma de dar mais consistência à afirmação, no que foi seguido por Silva Leme e por todos os genealogistas até o momento.⁴ O apelido Figueiredo não aparece em nenhum descendente seu. Não consta nenhuma Catarina (de Figueiredo) d’Horta em nobiliários portugueses clássicos, onde poderia figurar o primeiro casamento dela em Portugal, como em Felgueiras Gayo⁵ e em Manso de Lima⁶.

O que sabe é que Catarina d’Horta nasceu cerca de 1585, ignora-se onde, tendo se casado, pela primeira vez, cerca de 1602, com Pascoal Ribeiro, de quem houve filha única e segunda vez, cerca de 1615, com Rafael de Oliveira, “o velho”, este, por sua vez, viúvo de Paula Fernandes, a qual faleceu com auto de inventário aberto a 30 de setembro de 1614 na vila de São Paulo.⁷ Por morte de Catarina d’Horta, fez-se inventário dos seus bens, com o auto aberto a 21 de abril de 1626, no sítio e fazenda do viúvo, Rafael de Oliveira, onde chamavam Quitauína.⁸ Rafael de Oliveira nasceu cerca de 1572, possivelmente na vila de São Paulo e era filho de uma Maria Gonçalves, aqui moradora.

Em seu testamento, Rafael de Oliveira fez a seguinte declaração:

... por servir a Sua Magestade mandei a meu filho Alberto de Oliveira quando se fez leva de gente nesta capitania para Pernambuco a que fosse servir ao dito senhor naquela guerra e ele o fez assim, obedecendo-me e o aviei de todo o necessário e o mandei socorrer à Bahia, em que gastei algum dinheiro, ordeno que nenhuma despesa da que fiz com ele se lhe peça por via alguma, e nem se desconte porquanto foi aminha vontade mandá-lo a servir a Sua Magestade e ao foi a negócio nenhum seu antes por consequir esta jornada e me obedecer o que tirou dela foi chegar à Bahia muito mal e com grande perigo de vida.

⁴ LEME, Luís Gonzaga da Silva (1852-1919). *Genealogia Paulistana*, 9 volumes, São Paulo, 1903 a 1905: Duprat & Cia. Vol. IV: Hortas, pp. 310-313.

⁵ GAYO, Manoel José da Costa Felgueiras- *Nobiliário das Famílias de Portugal*, 2ª ed., 1989 a 1990: Braga, Edição Carvalhos de Basto, 12 volumes, ttº Hortas § 1 N4.

⁶ MANSO DE LIMA, Jacinto Leitão- *Famílias de Portugal* (cópia fiel do manuscrito original existente na Biblioteca Nacional, de Lisboa), Lisboa: 1925 a 1931, 14 volumes, XII, ttº Hortas § 2 N10.

⁷ Inventários e Testamentos, volume 3, pág. 285 a 305.

⁸ Inventários e Testamentos, volume 3, pág. 273 a 285.

O que se descobriu, pesquisando em papéis da Torre do Tombo, em Portugal, é que o citado Nuno Álvares de Horta era familiar do Santo Ofício da Inquisição e morador na vila de Setúbal. Por ter se recusado a servir de almotacel na vila de Setúbal, aproveitando-se do privilégio de ser familiar, a mesma câmara enviou ao tribunal do Santo Ofício culpas contra ele, em 21 de janeiro de 1620 na cidade de Lisboa.⁹ E, principalmente, constou de um recente e interessante estudo genealógico publicado em Portugal.¹⁰ Ali consta que teve alguns filhos, de seu casamento com D. Ana de Carvalho, que foram batizados na freguesia de São Julião, em Setúbal, entre os anos de 1617 e 1635. Ou seja, não haveria hipótese de Catarina d’Horta, nascida cerca de 1585, tronco dos Hortas de São Paulo, ser filha do referido casal.

O apelido Horta não figura nas publicações quinhentistas da vila de São Paulo, embora elas não sejam exaustivas, o que faz supor que, se Catarina d’Horta fosse natural de São Paulo, muito possivelmente nenhum de seus pais teria este apelido. Apenas encontrei um *Horta* no processo de beatificação do Padre José de Anchieta: Baltasar de Horta, nascido cerca de 1557, e, ainda assim, morador na cidade do Rio de Janeiro em 1602.¹¹

Filha do primeiro casamento de Catarina d’Horta, com Pascoal Ribeiro:

- 1- Maria Ribeiro, primeira mulher do Capitão Rafael de Oliveira, o “moço”, filho de Rafael de Oliveira, o “velho” e de sua primeira mulher Paula Fernandes. Com geração. Maria Ribeiro faleceu em 1638 em São Paulo. O viúvo casou-se, segunda vez, em 1639, com Maria Cordeiro, de quem também deixou geração. Rafael de Oliveira, o moço, faleceu em 1654 na vila de Jundiáí.

Filhos do segundo casamento de Catarina d’Horta, com Rafael de Oliveira, o “velho”:

- 2- Alberto de Oliveira d’Horta, nascido cerca de 1617. Casou-se com Sebastiana da Rocha, filha de Aleixo Jorge e de sua mulher Maria de Siqueira Nunes.¹² Com geração. Alberto e sua mulher Sebastiana eram naturais da vila de São Paulo e, depois de se casarem, passaram a morar na

⁹ IAN/ Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício. Inquisição de Lisboa. Processo 17735. Sua habilitação ao Santo Ofício não consta dos índices da Torre do Tombo.

¹⁰ CUNHA, Miguel Gorjão-Henriques da. *Sobre alguns dos meus Hortas: ramos de Atouguia da Baleia e Setúbal*. In *Armas e Troféus: revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, IX série, janeiro-dezembro de 2010, p. 291.

¹¹ VIOTTI, Padre Hélio Abranches. *Qualificação e Depoimento das testemunhas dos processos anchietanos mais antigos*. In *Revista da ASBRAP* n.º 3, p. 11.

¹² LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.* Vol. VII: Jorges Velhos, p.

vila de Jundiá. Por morte de Alberto de Oliveira, fez-se inventário de seus bens, em data inutilizada, na Vila Formosa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá, atual Jundiá.¹³ Possuía terras na vila de Jundiá e tinha debaixo de sua administração cerca de 43 índios. Seu inventário corria no mês de junho de 1670. Havia feito testamento em 23 de agosto de 1669 em Jundiá. Por ter propriedades em São Paulo, também, aqui se fez auto de inventário, no mesmo ano de 1670. O “cumpra-se” ao testamento deu-se em 24 de março de 1670 na vila de São Paulo. Havia feito um codicilo no ano de 1670. Alberto e seus irmãos José e Salvador fizeram entradas no sertão. Foram avós maternos de Catarina d’Horta, mulher de José Ramos da Silva, familiar do Santo Ofício.¹⁴ Nas diligências que se fizeram em São Paulo, constou que a mulher de José Ramos era cristã-velha.¹⁵ Este último casal passou a residir com fausto na cidade de Lisboa, como se viu acima, e foram pais do moralista Matias Aires Ramos da Silva de Eça e da primeira escritora paulista de nascimento, Teresa Margarida da Silva e Horta, a qual foi batizada em 4 de junho de 1711 na cidade de São Paulo, na Sé.¹⁶ Foram seus padrinhos Manuel Caminha e Isabel Pereira, mulher do Capitão Aleixo Leme. O casal Alberto – Sebastiana foi, ainda, avô da mulher do tronco dos **Caldeiras Brants** de Minas Gerais.

- 3- José de Oliveira d’Horta, nascido cerca de 1619. Casou-se em 1644 em São Paulo com Maria Luís, filha de Mateus Luís Grou e de sua mulher Isabel de Pinha Cortês, moradores na vila de São Paulo.¹⁷ Com geração.

¹³ Arquivo Público do Estado de São Paulo. N.º de ordem: CO 488. As primeiras folhas do inventário de Alberto de Oliveira estão perdidas. Iniciam-se no lançamento de terras.

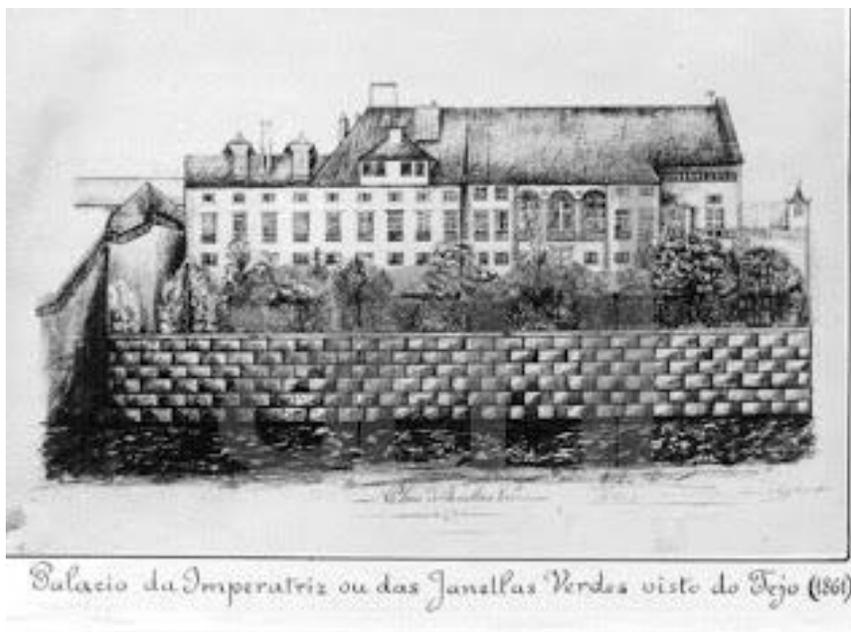
¹⁴ José Ramos da Silva foi, em certa época, o único familiar do Santo Ofício em São Paulo. Granjeou muito inimigos por atitudes que tomou ao acusar de serem cristãs-novas diversas famílias paulistas. Ainda vivia em 1718 em São Paulo.

¹⁵ IAN/ Torre do Tombo. Habilitação ao Santo Ofício. Letra J, mç. 23, doc. 384. Vide o formidável trabalho do português Ernesto Ennes, descendente de Matias Aires: *Dois paulistas insígnies: José Ramos da Silva e Matias Aires Ramos da Silva de Eça: (Contribuição para o estudo crítico da sua obra), 1705-1763*. Prefaciado pelo Dr. Luiz Camilo de Oliveira Neto. Ilustrações de Alberto de Sousa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

¹⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Dispensas matrimoniais avulsas. Foi pedida certidão de batismo no ano de 1762.

¹⁷ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.* Vol. I: Introdução, p. 22.

- 4- Catarina d’Horta, nascida cerca de 1622. Casou-se em 1638 em São Paulo com Inácio Preto, filho de Inocência Preto e de Maria Moreira.¹⁸ Com geração.
- 6- Salvador de Oliveira d’Horta, nascido cerca de 1626. Casou-se cerca de 1655 com Antônia Pais de Queiróz (por quem corria também o sangue *Abreu*), nascida cerca de 1638 na Ilha de São Sebastião, filha do Capitão Gaspar Picão, morador na vila de São Sebastião, e de sua mulher Catarina de Oliveira. Com geração. Salvador de Oliveira fez testamento em novembro de 1663, tendo recebido o “cumpra-se” em 22 de março de 1669 na vila de São Paulo. Viúva, Antônia Pais de Queiróz casou-se segunda vez, cerca de 1676, com Mateus de Siqueira e Mendonça. De Salvador e de Antônia foi filho o Capitão Francisco Pais de Oliveira d’Horta, casado com Mariana Pais Leme (filha do Capitão-Mor Fernão Dias Pais, o “Caçador das Esmeraldas”), troncos dos Hortas de Minas Gerais.



O Palácio das Janelas Verdes foi edificado em 1690 pelo Conde de Alvor, Dom Francisco de Távora, que foi vice-rei da Índia. De planta retangular, foi transformado em Museu

¹⁸ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.* Vol. VIII: Pretos, p.

Nacional de Belas-Artes, hoje Museu Nacional de Arte Antiga. Sofreu, entre 1937 e 1940, obras de ampliação, consubstanciadas na construção de um novo corpo, correspondente às últimas seis janelas do lado poente, de traça semelhante à do edifício seiscentista.¹⁹

¹⁹ Visto em janeiro de 2014 em:
<http://lisboahojeontem.blogspot.com.br/2013/02/palacio-das-janelas-verdes.html>